

SUMÁRIO

LIVRO I

NOÇÕES GERAIS.....	35
1. INTRODUÇÃO.....	36
1. O processo civil.....	36
1.1. Conceito	37
1.2. Processo civil — direito público ou privado?.....	38
1.3. Direito material x direito processual.....	38
1.4. Instrumentalidade do processo	39
1.5. O processo civil e os demais ramos do direito	39
2. Breve histórico do processo civil.....	41
2.1. Introdução	41
2.2. Direito romano	42
2.3. Período medieval.....	42
2.4. O processo civil moderno	42
2.5. O momento atual e as perspectivas para o futuro.....	43
2.6. Esquematização do histórico do processo civil.....	44
3. O processo civil no Brasil	44
2. A LEI PROCESSUAL CIVIL	47
1. Norma jurídica	47
2. Duas categorias de normas: as cogentes e as não cogentes.....	47
3. Norma processual.....	48
4. Fontes formais da norma processual civil	48
4.1. A lei federal como fonte formal do processo civil	49
4.2. Constituição e leis estaduais	49
4.3. Fontes formais acessórias	50
4.4. Súmulas vinculantes	50
5. Fontes não formais do processo	53
5.1. Jurisprudência	54
6. Interpretação da lei.....	54
6.1. Hermenêutica jurídica.....	54
6.2. Métodos de interpretação.....	55
6.3. Quadro indicativo dos vários métodos de interpretação	56
7. Lei processual civil no espaço	56
8. Lei processual civil no tempo	56
8.1. Vigência.....	56

8.2. A lei processual nova e os processos em curso	57
8.3. Isolamento dos atos processuais	58
8.4. Lei nova que altera competência.....	59
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	60
1. Introdução	60
2. Princípios gerais do processo civil na Constituição Federal	60
2.1. Princípio do devido processo legal	60
2.2. Princípio do acesso à justiça	61
2.3. Princípio do contraditório	62
2.4. Princípio da duração razoável do processo.....	65
2.5. Princípio da isonomia	66
2.6. Princípio da imparcialidade do juiz (juiz natural)	68
2.7. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	71
2.8. Princípio da publicidade dos atos processuais	72
2.9. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	73
3. Princípios infraconstitucionais do processo civil.....	74
3.1. Introdução	74
3.2. Princípio dispositivo	74
3.3. Princípio da oralidade.....	77
3.4. Princípio da persuasão racional (ou livre convencimento motivado).....	80
4. Questões	81

LIVRO II

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	85
1. INTRODUÇÃO.....	86
2. JURISDIÇÃO CIVIL	87
1. Introdução	87
2. Conceito	87
3. Jurisdição, legislação e administração.....	87
4. Características essenciais da jurisdição.....	88
5. Espécies de jurisdição	89
5.1. Jurisdição contenciosa e voluntária	89
5.2. Classificação da jurisdição quanto ao objeto.....	89
5.3. Classificação da jurisdição quanto ao tipo de órgão que a exerce	90
5.4. Classificação da jurisdição quanto à hierarquia	90
6. Jurisdição e competência	90
3. DA COMPETÊNCIA	91
1. Introdução	91
2. Competência internacional (jurisdição de outros Estados)	91
2.1. Sentença estrangeira	92
2.2. O que pode e o que não pode ser julgado pela justiça brasileira	93
3. Competência interna	95

3.1.	Introdução	95
3.2.	Noções sobre a estrutura do Poder Judiciário	95
3.3.	Quadro esquemático da estrutura do Poder Judiciário.....	97
3.4.	Algumas premissas para a compreensão das regras de competência interna	97
3.5.	Conceito de foro e juízo	97
3.6.	A competência de foro e juízo	98
3.7.	Competência absoluta e relativa.....	99
3.8.	A perpetuação de competência	100
3.9.	Critérios para a fixação de competência.....	101
3.10.	Como identificar se uma regra de competência é absoluta ou relativa?.....	103
3.11.	Esquema dos critérios para apuração de competência	105
3.12.	Um exemplo de como apurar a competência	105
3.13.	Regras gerais para a apuração de competência	106
3.14.	Competência da Justiça Federal.....	107
3.15.	A apuração do foro competente	111
3.16.	Alguns exemplos de competência funcional	116
3.17.	Esquema resumido das regras de competência de foro	117
3.18.	Competência de juízo — breves considerações.....	118
3.19.	A competência nos Juizados Especiais Cíveis.....	118
4.	A modificação de competência.....	119
4.1.	Prorrogação de competência.....	120
4.2.	Derrogação	120
4.3.	Conexão.....	121
4.4.	Continência	125
5.	Prevenção	125
6.	Conflito de competência	126
6.1.	Procedimento do conflito	126
7.	Questões	127
4.	DA AÇÃO	131
1.	Introdução	131
2.	Direito material e direito de ação	131
3.	O direito de ação	132
3.1.	Introdução	132
3.2.	Natureza	133
3.3.	A ação e os demais institutos fundamentais do processo civil (jurisdição, exceção e processo).....	133
3.4.	As duas acepções de “ação”	134
3.5.	O direito de ação é condicionado	137
3.6.	Os elementos da ação	146
3.7.	Classificação das ações	152
4.	Questões	154
5.	O DIREITO DE DEFESA (EXCEÇÃO).....	156
1.	Introdução	156
1.1.	As várias acepções em que a palavra “exceção” pode ser tomada.....	156
1.2.	Esquema das várias acepções do termo “exceção”	158

6. O PROCESSO	159
1. Introdução	159
2. Processo e procedimento	159
3. Instrumentalidade do processo	160
4. Diversos tipos de processo	160
5. O processo eclético	160
6. Processo e ação	161
7. Pressupostos processuais	161
7.1. Pressupostos processuais, condições da ação e mérito	161
7.2. Pressupostos processuais como matéria de ordem pública	162
7.3. Pressupostos processuais de existência e validade	162
8. Questões	169

LIVRO III

OS SUJEITOS DO PROCESSO.....	171
-------------------------------------	------------

1. DAS PARTES E SEUS PROCURADORES.....	172
1. Introdução	172
2. Capacidade de ser parte	172
3. Capacidade processual.....	174
3.1. Representação e assistência	174
4. Curador especial	175
4.1. Curador especial dos incapazes.....	175
4.2. Curador especial do réu preso	176
4.3. Curador especial do réu citado fictamente	176
4.4. Curador especial em favor do idoso.....	177
4.5. Poderes do curador especial.....	177
4.6. Curador especial em execução.....	177
4.7. Curador especial na ação monitória	178
4.8. Exercício da função de curador especial	178
4.9. Se não nomeado o curador especial pode haver nulidade	178
5. Integração da capacidade processual das pessoas casadas.....	179
5.1. Introdução	179
5.2. Ações que versam sobre direito real imobiliário.....	179
5.3. Outorga uxória ou marital.....	179
5.4. O polo ativo das ações que versem sobre direito real imobiliário	180
5.5. O polo passivo das ações que versem sobre direito real imobiliário.....	181
5.6. Outorga uxória e união estável.....	181
5.7. Forma da outorga uxória.....	181
5.8. A recusa da outorga e a possibilidade de suprimimento.....	182
5.9. Esquema da capacidade processual das pessoas casadas nas ações que versem direito real sobre bens imóveis	182
6. Regularização da capacidade processual e da representação processual.....	182
7. Dos deveres das partes e seus procuradores	183
7.1. Introdução	183
7.2. Dos deveres	183

7.3. Dos deveres das partes quanto às despesas processuais.....	186
7.4. Multas.....	187
7.5. Honorários advocatícios.....	187
8. Dos procuradores	188
9. Da substituição das partes e dos procuradores	189
9.1. Da alienação da coisa ou do direito litigioso	189
9.2. A sucessão em caso de morte.....	190
9.3. Substituição de procuradores	191
10. Questões	191
2. DO LITISCONSÓRCIO.....	193
1. Introdução	193
2. Justificativa	193
3. Litisconsórcio multitudinário.....	193
3.1. Requisitos para que haja o desmembramento.....	194
3.2. Questões práticas sobre o desmembramento	194
3.3. O desmembramento requerido pelo réu.....	195
3.4. Recurso em caso de desmembramento	195
4. Classificação do litisconsórcio.....	195
4.1. Litisconsórcio necessário.....	196
4.2. Litisconsórcio facultativo.....	197
4.3. Litisconsórcio unitário.....	200
4.4. Litisconsórcio simples.....	200
4.5. Das diversas combinações possíveis.....	201
5. Momento de formação do litisconsórcio.....	201
6. Problemas relacionados ao litisconsórcio necessário	202
6.1. Introdução	202
6.2. Das consequências da ausência, no processo, de um litisconsorte necessário	202
6.3. A formação do litisconsórcio necessário.....	202
7. O regime do litisconsórcio	204
7.1. Regime no litisconsórcio simples	205
7.2. Litisconsórcio unitário.....	205
7.3. Esquema do regime do litisconsórcio	206
8. Os litisconsortes com procuradores diferentes.....	206
9. Questões	207
3. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	209
1. Introdução	209
2. Intervenção de terceiros voluntária e provocada	209
3. Quando o terceiro transforma-se em parte.....	209
4. Intervenção de terceiros e a ampliação dos limites objetivos da lide.....	210
5. A intervenção de terceiros não cria um novo processo	210
6. Tipos de processo que admitem intervenção de terceiros	210
7. Das diversas formas de intervenção.....	211
7.1. Assistência.....	211
7.2. Da oposição	220

7.3. Nomeação à autoria.....	225
7.4. Denúnciação da lide.....	228
7.5. Chamamento ao processo	238
8. Panorama geral das diversas espécies de intervenção.....	244
9. Questões	246
4. DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PROCESSO CIVIL	251
1. Introdução	251
2. O Ministério Público como parte	251
2.1. O Ministério Público como parte e os honorários advocatícios.....	252
3. O Ministério Público como fiscal da lei	252
3.1. Consequências da falta de intervenção do Ministério Público como fiscal da lei ...	254
4. Aspectos processuais da intervenção do Ministério Público	254
5. Procedimento da intervenção ministerial.....	254
6. Questões	255
5. DO JUIZ.....	256
1. Introdução	256
2. Impedimento do juiz	257
3. Suspeição.....	257
4. Poderes e deveres do juiz	258
4.1. A vedação ao <i>non liquet</i>	259
4.2. Excepcionalmente admite-se julgamento por equidade.....	260
4.3. A necessidade de respeitar os limites da lide (o princípio da demanda).....	260
4.4. Outros poderes e deveres	261
5. Responsabilidade do juiz	261
6. Questões	262
6. AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	264
1. Introdução	264
2. Quem são?	264

LIVRO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS	265
1. NATUREZA E ESPÉCIES	266
1. Introdução	266
2. Conceito de ato processual.....	266
3. Omissões processualmente relevantes.....	266
4. Classificação dos atos processuais	267
4.1. Atos das partes	267
4.2. Atos do juiz	267
2. FORMA E REQUISITOS.....	269
1. Forma dos atos processuais.....	269
1.1. O processo eletrônico.....	269

1.2. Comunicação eletrônica dos atos processuais	270
2. Requisitos dos atos processuais	270
2.1. Requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais	270
2.2. Requisitos gerais quanto ao lugar	271
2.3. Requisitos gerais quanto ao tempo	272
2.4. Preclusão	276
3. Esquema dos atos processuais quanto aos requisitos	278
4. Invalidade do ato processual.....	278
4.1. Atos meramente irregulares.....	278
4.2. Nulidades processuais.....	279
4.3. Nulidades absolutas ou relativas	279
4.4. Como distinguir entre nulidade absoluta e relativa?.....	280
4.5. As nulidades e a instrumentalidade das formas	280
4.6. O efeito expansivo das nulidades	281
4.7. Regularização do processo	281
4.8. Os atos processuais inexistentes	282
4.9. Esquema geral das invalidades do processo.....	282
3. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	283
1. Introdução	283
2. Carta rogatória	283
3. Carta de ordem.....	283
4. Carta precatória.....	284
5. Citações e intimações.....	284
4. DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	285
1. Introdução	285
2. Hipóteses de distribuição por dependência	285

LIVRO V

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO CIVIL	287
1. FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	288
1. A propositura da demanda — iniciativa da parte	288
2. O impulso oficial.....	289
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO	290
1. Introdução	290
1.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou procurador.....	290
1.2. Convenção das partes.....	290
1.3. Oposição de exceção ritual de incompetência do juízo e suspeição ou impedimento do juiz	290
1.4. Sentença de mérito que depende do julgamento de um outro processo, ou da verificação de fato, ou da produção de certa prova, requisitada a outro juízo, ou ainda do julgamento de questão de estado objeto de declaração incidente.....	291

1.5. Força maior	291
1.6. Demais casos previstos em lei	291
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	292
1. Introdução	292
2. Extinção do processo sem resolução de mérito	292
2.1. Quando o juiz indeferir a petição inicial	292
2.2. Quando fique parado por mais de um ano por negligência das partes	293
2.3. Quando, por não promover os atos e diligências que lhe compete, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias	293
2.4. Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo	293
2.5. Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência e coisa julgada	294
2.6. Quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.....	294
2.7. Quando houver convenção de arbitragem.....	294
2.8. Quando houver desistência da ação	294
2.9. Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal	295
2.10. Quando ocorrer confusão entre autor e réu	295
2.11. Nos demais casos prescritos em lei.....	295
3. Consequências da extinção do processo sem julgamento de mérito	296
3.1. A reiteração de ações	296
3.2. A cessação da litispendência.....	296
3.3. A interrupção da prescrição.....	297
4. Da resolução de mérito.....	297
4.1. Introdução	297
4.2. Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor	297
4.3. Quando o réu reconhecer a procedência do pedido.....	297
4.4. Quando as partes transigirem	298
4.5. Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição	298
4.6. Quando o autor renunciar ao direito em que se funda a ação	298
5. Questões	299

LIVRO VI

DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO	303
1. DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....	304
1. Introdução	304
2. FASE POSTULATÓRIA	305
1. Petição inicial.....	305
1.1. Introdução	305
1.2. Requisitos da petição inicial	305
1.3. Pedido.....	309
1.4. Indeferimento da inicial.....	314

1.5. O juízo de admissibilidade positivo.....	316
2. Resposta do réu	330
2.1. Introdução	330
2.2. As variadas formas de resposta	330
2.3. Prazo de resposta no procedimento ordinário.....	330
2.4. Da contestação	331
2.5. Exceções rituais	335
2.6. Reconvenção	342
2.7. Ação declaratória incidental	348
2.8. Impugnação ao valor da causa	352
3. Revelia	353
3.1. Introdução	353
3.2. Revelia e contumácia	354
3.3. Efeitos da revelia	354
4. Questões	359
3. FASE ORDINATÓRIA.....	362
1. Introdução	362
2. A revelia e o julgamento antecipado da lide.....	362
3. A ação declaratória incidental	363
4. Réplica.....	363
5. Regularização.....	364
6. Especificação de provas	364
7. Julgamento conforme o estado do processo	365
7.1. Extinção do processo	365
7.2. Julgamento antecipado do mérito	366
7.3. Audiência preliminar	367
4. FASE INSTRUTÓRIA.....	370
1. Introdução	370
2. Natureza jurídica das provas.....	370
3. Classificação das provas	371
4. Objeto da prova	371
5. Fatos que não precisam ser comprovados.....	371
6. Presunções e indícios	372
6.1. Presunções simples ou <i>hominis</i>	372
7. Prova de fato negativo.....	373
8. O juiz e a produção da prova.....	373
9. Ônus da prova.....	374
9.1. A prova como ônus.....	375
9.2. Ônus da prova — aspecto subjetivo e objetivo.....	375
9.3. Distribuição do ônus da prova	375
9.4. Inversão do ônus da prova.....	376
10. Hierarquia das provas	380
11. Provas ilícitas	381
11.1. A gravação e a interceptação telefônica.....	382

12. Meios de prova	382
13. Da prova documental	383
13.1. Introdução	383
13.2. Conceito de documento.....	383
13.3. Classificação dos documentos	384
13.4. Exibição de documento ou coisa.....	385
13.5. Força probante dos documentos	389
13.6. Eficácia das reproduções	389
13.7. O incidente de falsidade documental.....	390
13.8. Produção da prova documental.....	393
14. Prova pericial	394
14.1. Introdução	394
14.2. Espécies de perícia.....	394
14.3. Admissibilidade da prova pericial	394
14.4. O perito	395
15. Inspeção judicial	400
15.1. Introdução	400
15.2. Procedimento	400
16. Prova testemunhal.....	401
16.1. Introdução	401
16.2. Admissibilidade e valor da prova testemunhal.....	401
16.3. A testemunha	402
17. Depoimento pessoal.....	408
17.1. Introdução	408
17.2. Quem pode requerê-lo e prestá-lo.....	409
17.3. Pena de confissão	409
17.4. Procedimento	409
18. Interrogatório das partes	410
18.1. Introdução	410
18.2. Procedimento	410
19. Confissão.....	411
19.1. Introdução	411
19.2. Espécies de confissão.....	411
19.3. Eficácia da confissão	412
19.4. Perda de eficácia da confissão	412
19.5. Indivisibilidade da confissão	413
20. Audiência de instrução e julgamento.....	413
20.1. Introdução	413
20.2. Procedimento da audiência de instrução e julgamento	414
20.3. Adiamento da audiência.....	417
21. Questões	418
 5. FASE DECISÓRIA	 422
1. Sentença	422

1.1.	Introdução	422
1.2.	A conceituação atual de sentença	422
1.3.	Espécies de sentença	424
1.4.	Requisitos essenciais da sentença	425
1.5.	As sentenças meramente terminativas.....	427
1.6.	As sentenças de improcedência de plano	427
1.7.	Oportunidades em que a sentença poderá ser proferida	427
1.8.	Defeitos da sentença.....	428
1.9.	Possibilidade de correção da sentença.....	430
1.10.	Efeitos da sentença	431
1.11.	A sentença que condena à declaração de uma emissão de vontade	433
1.12.	Sentença condicional?.....	434
1.13.	Os capítulos da sentença	434
1.14.	A sentença e os fatos supervenientes	435
1.15.	Efeitos secundários da sentença.....	436
2.	Coisa julgada.....	437
2.1.	Introdução	437
2.2.	A coisa julgada não é efeito da sentença.....	437
2.3.	As formas de manifestação da coisa julgada.....	438
2.4.	Os tipos de sentença (ou acórdão) que se revestem da autoridade da coisa julgada ...	439
2.5.	Limites objetivos da coisa julgada	440
2.6.	Limites subjetivos da coisa julgada	443
2.7.	Mecanismos pelos quais se pode afastar a coisa julgada	444
2.8.	Relativização da coisa julgada	444
3.	Da ação rescisória	446
3.1.	Introdução	446
3.2.	Outros mecanismos de impugnação das sentenças transitadas em julgado.....	446
3.3.	Outras situações em que não cabe a rescisória.....	448
3.4.	Ação rescisória contra decisão interlocutória?	448
3.5.	Juízo rescindente e juízo rescisório	450
3.6.	Natureza jurídica da ação rescisória.....	450
3.7.	Requisitos de admissibilidade.....	451
3.8.	Hipóteses de cabimento (CPC, art. 485)	454
3.9.	Procedimento da ação rescisória	459
3.10.	Prazo	463
4.	Questões	464
6.	PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	466
1.	Introdução	466
2.	Hipóteses de admissibilidade.....	466
2.1.	O valor da causa (art. 275, I, do CPC)	467
2.2.	O procedimento sumário em razão da matéria.....	467
2.3.	Procedimento	469
2.4.	Panorama das principais diferenças entre o procedimento sumário e o ordinário.....	476

LIVRO VII

DOS RECURSOS.....	477
1. TEORIA GERAL.....	478
1. Introdução	478
2. Conceito	478
3. Características dos recursos.....	478
3.1. Interposição na mesma relação processual.....	478
3.2. A aptidão para retardar ou impedir a preclusão ou a coisa julgada	479
3.3. Correção de erros de forma ou de conteúdo.....	479
3.4. Impossibilidade, em regra, de inovação	480
3.5. O sistema de interposição	480
3.6. A decisão do órgão <i>ad quem</i> em regra substitui a do <i>a quo</i>	481
3.7. O não conhecimento do recurso e o trânsito em julgado	481
4. Atos processuais sujeitos a recurso.....	482
5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	482
6. Requisitos de admissibilidade dos recursos	483
6.1. Requisitos de admissibilidade intrínsecos.....	483
6.2. Requisitos extrínsecos.....	487
6.3. Inexistência de súmula impeditiva de recurso.....	491
7. Modo de interposição dos recursos — o recurso principal e o adesivo	492
7.1. Processamento do recurso adesivo	493
8. Princípios fundamentais do direito recursal.....	495
8.1. Introdução	495
8.2. Princípio da taxatividade	495
8.3. Princípio da singularidade ou da unirecorribilidade	499
8.4. Princípio da fungibilidade dos recursos	500
8.5. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	502
9. Efeitos dos recursos	502
9.1. Introdução	502
9.2. Efeito devolutivo	502
9.3. Efeito suspensivo.....	505
9.4. Efeito translativo	508
9.5. Efeito expansivo	509
9.6. Efeito regressivo.....	510
2. DOS RECURSOS EM ESPÉCIE.....	511
1. Apelação.....	511
1.1. Conceito	511
1.2. Requisitos de admissibilidade.....	511
1.3. Efeitos da apelação.....	512
1.4. Possibilidade de inovar na apelação	513
1.5. Processamento da apelação.....	514
2. Agravo	516
2.1. Introdução	516
2.2. Cabimento	516

2.3. Espécies.....	517
3. Embargos infringentes	524
3.1. Introdução	524
3.2. Cabimento	524
3.3. Processamento	526
3.4. Efeitos.....	527
4. Embargos de declaração	528
4.1. Introdução	528
4.2. Cabimento	528
4.3. Requisitos de admissibilidade.....	530
4.4. Processamento dos embargos	530
4.5. Efeitos dos embargos de declaração	530
4.6. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	531
5. Recurso ordinário.....	532
5.1. Introdução	532
5.2. Cabimento	532
5.3. Processamento	533
6. Recurso extraordinário e recurso especial.....	533
6.1. Introdução	533
6.2. Requisitos comuns de admissibilidade do recurso extraordinário e especial.....	534
6.3. Procedimento de interposição e admissão do RE e do REsp.....	539
6.4. Recurso especial	542
6.5. Recurso extraordinário	546
7. Embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário	550
7.1. Introdução	550
7.2. Processamento	550
8. Questões	551

LIVRO VIII

DA EXECUÇÃO CIVIL	559
-------------------------	-----

1. DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	560
1. Introdução	560
2. Como localizar, no CPC, os dispositivos que tratam da execução civil	561
3. O que é execução?.....	561
4. Instrumentos da sanção executiva.....	562
5. Espécies de execução	563
5.1. Execução mediata e imediata	563
5.2. Execução específica.....	563
5.3. Execução por título judicial ou extrajudicial	564
5.4. Execução definitiva ou provisória	564
6. Princípios gerais da execução.....	567
6.1. Princípio da autonomia	567
6.2. Princípio da patrimonialidade	568
6.3. Princípio do exato adimplemento	568
6.4. Princípio da disponibilidade do processo pelo credor.....	569

6.5.	Princípio da utilidade.....	569
6.6.	Princípio da menor onerosidade	569
6.7.	Princípio do contraditório	570
7.	Atos executivos	570
8.	Competência para a execução civil.....	571
8.1.	Competência para processar o cumprimento de sentença.....	571
8.2.	Competência para a execução de título extrajudicial	572
9.	Das partes na execução	573
9.1.	Legitimidade ativa	573
9.2.	Legitimidade passiva	576
9.3.	Litisconsórcio na execução	579
9.4.	Intervenção de terceiros.....	579
10.	Dos requisitos necessários para a execução	580
10.1.	Do inadimplemento do devedor.....	580
10.2.	Título executivo.....	582
11.	Da responsabilidade patrimonial	595
11.1.	Obrigação e responsabilidade	595
11.2.	Bens sujeitos à execução	595
11.3.	Bens não sujeitos à execução	596
11.4.	Responsabilidade patrimonial de terceiros.....	597
2.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	605
1.	Introdução	605
2.	Das diversas espécies de liquidação	605
3.	Fase de liquidação.....	606
4.	Legitimidade para a liquidação	606
5.	Natureza da liquidação.....	606
6.	Liquidação provisória	607
7.	Vedação de sentença ilíquida.....	608
8.	Sentença parte líquida, parte ilíquida	608
9.	Cálculo do contador	608
10.	Liquidação por arbitramento.....	609
11.	Liquidação por artigos	610
12.	A liquidação é julgada por decisão interlocutória	611
13.	Liquidação de sentença genérica em ação civil pública	611
14.	Liquidações no curso da fase de execução	612
3.	EXECUÇÃO ESPECÍFICA	613
1.	Introdução	613
2.	Providências que assegurem resultado prático equivalente.....	613
3.	Conversão em perdas e danos	614
4.	Mecanismos para compelir o devedor a cumprir a obrigação.....	614
4.1.	A multa.....	615
4.	PROCEDIMENTO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	618

5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	619
1. Execução tradicional.....	619
2. Aspectos comuns a todas as espécies de execução por título extrajudicial	619
2.1. Petição inicial.....	619
2.2. Citação do executado	620
2.3. Efeitos da citação válida	620
3. Processo de execução para entrega de coisa certa.....	621
4. Processo de execução para entrega de coisa incerta.....	621
5. Processo de execução de obrigação de fazer e não fazer	622
5.1. Execução das obrigações de fazer fungíveis (procedimento).....	622
6. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	624
6.1. Introdução	624
6.2. Petição inicial.....	624
6.3. Despacho inicial.....	625
6.4. Citação.....	625
6.5. O arresto.....	626
6.6. Curador especial	626
6.7. Do pagamento	627
6.8. Da penhora e do depósito.....	627
6.9. Da avaliação de bens.....	632
6.10. Intimação do executado	633
6.11. Outras intimações	633
6.12. Expropriação	634
7. Da defesa do devedor nas execuções fundadas em título extrajudicial.....	639
7.1. Introdução	639
7.2. Dos embargos de devedor	639
7.3. Embargos de segunda fase.....	646
7.4. Outras formas de defesa.....	647
 6. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO JUDICIAL)	 650
1. Introdução	650
2. Evolução da execução fundada em título judicial.....	650
3. Cumprimento das sentenças condenatórias em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	651
4. Cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa contra devedor solvente — procedimento	651
5. O início da execução	652
5.1. O prazo para pagamento voluntário.....	652
5.2. A multa.....	653
5.3. A iniciativa do credor.....	654
6. O arquivamento por inércia	654
7. Prescrição intercorrente	654
8. Honorários advocatícios na fase executiva	655
9. Mandado de penhora de avaliação.....	655

10. Intimação da penhora.....	656
11. Da defesa do executado em juízo.....	656
11.1. Introdução.....	656
11.2. Impugnação.....	656
12. Peculiaridades do cumprimento de sentença condenatória por ato ilícito.....	666
13. Execução de sentença penal condenatória, sentença arbitral e sentença estrangeira.....	668
14. Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	668
14.1. Impossibilidade de penhora de bens.....	669
14.2. A citação e a possibilidade de oposição de embargos — prazo.....	669
14.3. A não oposição dos embargos.....	670
14.4. Os embargos.....	670
14.5. O precatório.....	670
15. Execução de pensão alimentícia.....	671
15.1. Execução de alimentos pelo procedimento tradicional.....	671
15.2. Execução especial de alimentos.....	672
16. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.....	675
16.1. Introdução.....	675
16.2. Procedimento — as duas fases.....	675
17. A reforma da execução e o direito intertemporal.....	677
7. DA SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES.....	679
1. Da suspensão do processo de execução.....	679
2. Extinção da execução.....	680
3. A sentença de extinção.....	680
4. Questões.....	681

LIVRO IX

DA TUTELA ANTECIPADA E DA TUTELA CAUTELAR.....	687
---	------------

1. DA TUTELA ANTECIPADA.....	689
1. Introdução.....	689
2. A tutela antecipada e a efetividade do processo.....	689
3. Conceito.....	690
4. Satisfatividade e caráter provisório.....	690
5. Tutela antecipada e cautelar.....	691
6. Requisitos para a concessão da tutela antecipada.....	691
6.1. Requerimento do autor.....	692
6.2. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação.....	692
6.3. Perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.....	693
6.4. O abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.....	694
6.5. A não irreversibilidade dos efeitos do provimento.....	695
6.6. A tutela antecipada em caso de incontrovérsia.....	695
6.7. A tutela antecipada nas obrigações de fazer ou não fazer (art. 461, § 3º, do CPC) e de entrega de coisa (art. 461-A, § 3º).....	696
6.8. Tipos de processo em que cabe a antecipação de tutela.....	697
6.9. Momento para a concessão da tutela antecipada.....	699

6.10.	Possibilidade de revogação e modificação	701
6.11.	Recurso cabível	701
6.12.	Fungibilidade entre tutela cautelar e antecipada	701
6.13.	Tutelas antecipadas contra a Fazenda Pública.....	704
6.14.	A efetivação das tutelas antecipadas.....	705
2.	DA TUTELA CAUTELAR	707
1.	Introdução	707
2.	A tutela cautelar como uma das espécies de tutela de urgência	707
3.	Em que consiste a tutela cautelar?	708
4.	Cautelares satisfativas?	708
5.	Processo cautelar e medidas cautelares	710
6.	É possível obter tutela cautelar fora do processo cautelar?	710
7.	As liminares	711
7.1.	A pouca utilidade da expressão “liminar” no sistema atual.....	712
8.	Características da tutela cautelar	712
8.1.	Acessoriedade	712
8.2.	Autonomia.....	713
8.3.	Urgência	713
8.4.	Sumariedade da cognição	713
8.5.	Provisoriedade.....	714
8.6.	Revogabilidade e perda de eficácia.....	714
8.7.	Inexistência de coisa julgada material	716
8.8.	Impossibilidade de reiteração, quando há cessação de eficácia	716
8.9.	Fungibilidade	716
9.	Eficácia da tutela cautelar	717
9.1.	Perda de eficácia quando não ajuizada a ação principal no prazo de trinta dias	717
9.2.	Perda de eficácia por falta de execução dentro de trinta dias.....	718
9.3.	Perda de eficácia quando o juiz declara extinto o processo principal, com ou sem julgamento de mérito	719
10.	Poder geral de cautela	719
10.1.	O poder geral de cautela dá ao juiz poderes para conceder tutelas cautelares de ofício?	720
10.2.	Momentos em que pode haver o exercício do poder geral de cautela	721
11.	O processo cautelar — condições da ação e mérito	721
11.1.	<i>Fumus boni juris</i>	722
11.2.	<i>Periculum in mora</i>	723
12.	Procedimento do processo cautelar — disposições gerais	723
12.1.	Introdução	723
12.2.	Processo cautelar preparatório e incidente	724
12.3.	A relação processual autônoma	725
12.4.	Competência.....	725
12.5.	Petição inicial.....	728
12.6.	A liminar	730
12.7.	Intervenção de terceiros	731
12.8.	Citação.....	732

12.9. Resposta do réu	732
12.10. Sentença	733
12.11. Recursos	734
12.12. Coisa julgada	734
12.13. A caução	734
12.14. Responsabilidade civil do requerente	735
12.15. Tutela cautelar contra a Fazenda Pública	735
3. DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS	737
1. Introdução	737
2. Arresto	737
2.1. Introdução	737
2.2. Requisitos	738
2.3. Bens que podem ser arrestados	740
2.4. Procedimento	740
3. Sequestro	741
3.1. Introdução	741
3.2. Requisitos	741
3.3. Procedimento	742
4. Busca e apreensão	743
4.1. Introdução	743
4.2. Procedimento	744
5. Da exibição	744
5.1. Introdução	744
5.2. Cabimento	745
5.3. Procedimento	746
6. Produção antecipada de provas	746
6.1. Introdução	746
6.2. Tipos de provas que podem ser antecipadas	747
6.3. Procedimento	747
7. Dos alimentos provisionais	750
7.1. Introdução	750
7.2. Alimentos provisionais não se confundem com provisórios	750
7.3. Hipóteses de cabimento	751
7.4. Procedimento	751
8. Do atentado	751
8.1. Introdução	751
8.2. Requisitos	752
8.3. Procedimento do atentado	752
9. Questões	753

LIVRO X

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	757
--	------------

1. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	758
1. Introdução	758
2. Por que alguns procedimentos são especiais e outros não?	758

3. Os vários tipos de procedimentos especiais	758
4. Uma seleção dos processos de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	759
5. Da consignação em pagamento.....	759
5.1. Introdução	759
5.2. Dois tipos de ação de consignação	760
5.3. Quais os bens que podem ser consignados?	760
5.4. Até quando é possível requerer a consignação em pagamento?	761
5.5. É possível, em ações de consignação, discutir a validade de cláusulas contratuais?..	761
5.6. Procedimento	762
6. Da ação de depósito	770
6.1. Introdução	770
6.2. Depósito judicial — desnecessidade de ação	771
6.3. A prisão civil do depositário infiel	771
6.4. Procedimento	771
7. Da ação de prestação de contas.....	774
7.1. Introdução	774
7.2. Alguns exemplos de relações das quais resulta a obrigação de prestar contas.....	774
7.3. Natureza dúplice	775
7.4. A ação de exigir contas e a de prestá-las	776
7.5. Da ação de exigir contas	776
7.6. Da ação de dar contas	778
7.7. Forma pela qual as contas devem ser prestadas, tanto na ação de exigir como na de dar contas.....	779
7.8. Prestação de contas por dependência.....	779
8. Ações possessórias.....	780
8.1. Introdução	780
8.2. Peculiaridades das ações possessórias	783
8.3. Procedimento das ações possessórias.....	787
9. Ação de nunciação de obra nova.....	794
9.1. Introdução	794
9.2. Natureza	794
9.3. Nunciação de obra nova e dano infecto	795
9.4. Hipóteses de cabimento	795
9.5. Procedimento	797
10. Ação de usucapião de imóveis	800
10.1. Introdução	800
10.2. Procedimento especial?	801
10.3. Competência.....	801
10.4. Natureza	801
10.5. Legitimados ativos	802
10.6. Legitimados passivos	802
10.7. Intimações necessárias	803
10.8. Procedimento	803
11. Do inventário e da partilha	804
11.1. Introdução	804
11.2. Casos em que o inventário pode ser feito por escritura pública, dispensando-se o inventário judicial	804

11.3. Inventário	805
11.4. Inventário e partilha.....	807
11.5. Procedimento do inventário.....	807
11.6. Da partilha	816
11.7. Inventário conjunto	819
11.8. Arrolamento	819
11.9. Arrolamento sumário.....	820
12. Dos embargos de terceiro.....	821
12.1. Introdução	821
12.2. Requisitos específicos de admissibilidade	821
12.3. Casos especiais de embargos de terceiro.....	825
12.4. Procedimento	826
13. Da arbitragem.....	829
13.1. Introdução	829
13.2. O que é arbitragem?	830
13.3. A utilidade da arbitragem	830
13.4. Limites da arbitragem.....	830
13.5. Constitucionalidade da arbitragem	831
13.6. Espécies de arbitragem	831
13.7. Da convenção de arbitragem e seus efeitos.....	832
13.8. Os árbitros	834
13.9. O procedimento arbitral.....	835
13.10. Sentença arbitral	836
14. Procedimento monitorio	837
14.1. Introdução	837
14.2. Espécies de procedimento monitorio.....	837
14.3. Facultatividade do procedimento monitorio.....	838
14.4. Natureza da ação monitoria	838
14.5. Requisitos.....	839
14.6. Ação monitoria contra a Fazenda Pública?.....	840
14.7. Procedimento	841
15. Juizados Especiais Cíveis.....	848
15.1. Introdução	848
15.2. Fundamento constitucional e legal	849
15.3. Natureza	849
15.4. Princípios	850
15.5. Competência.....	852
15.6. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	857
15.7. O advogado no juizado especial cível.....	858
15.8. Do juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos	859
15.9. Procedimento	859
2. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	876
1. Introdução	876
2. Natureza	876

3. Distinções entre jurisdição voluntária e contenciosa	876
4. Características da jurisdição voluntária.....	877
5. Regras gerais do procedimento.....	878
5.1. Legitimidade	878
5.2. Petição inicial e citação.....	878
5.3. Intervenção do Ministério Público	878
5.4. Resposta	879
5.5. Instrução e sentença.....	879
5.6. Recursos	879
6. Pedidos que obedecem ao procedimento examinado nos itens anteriores (5.1 a 5.6).....	879
7. Dois procedimentos específicos de jurisdição voluntária.....	880
7.1. Separação consensual	880
8. Questões	886
REFERÊNCIAS	893